



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

NOTAS EXPLICATIVAS

As notas explicativas compõem as demonstrações contábeis e consistem em informações adicionais às DCASP. O objetivo é facilitar sua compreensão, considerando os mais diversos usuários. Incluem informações exigidas pela legislação e outras consideradas relevantes, que não tenham sido suficientemente evidenciadas ou que não estejam inseridas nas DCASP. Este relatório está estruturado em quatro seções: informações gerais, políticas contábeis, demonstrações contábeis e informações relevantes e declarações de regularidade de inventário.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

O Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ), cadastrado no CNPJ sob o nº 12.300.939/0001-50, foi criado pela Lei nº 8.067, de 17 de setembro de 1990. Tem por finalidade o fortalecimento dos recursos financeiros, destinados ao reequipamento físico e tecnológico do Poder Judiciário, Ministério Público, Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina e estabelecimentos destinados a atender a política de proteção dos direitos da Criança e do Adolescente, principalmente na:

- Implementação dos serviços de informática;
- Manutenção e conservação de edificações e no pagamento das demais despesas de custeio;
- Implementação da sistemática de aquisição e controle do selo de fiscalização, instituído pela LC nº 175/1998;
- Contratação de estagiários para atuarem junto ao poder judiciário, ao ministério público, nas unidades prisionais e nos estabelecimentos destinados a atendimento da política de proteção aos direitos da criança e do adolescente;
- Capacitação de recursos humanos.

Esse fundo possui um Conselho de Administração, composto por cinco membros nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, do qual participam também um representante da OAB e um do Ministério Público. A competência do Conselho é:

- Fixar as diretrizes operacionais do FRJ;
- Baixar normas e instruções complementares disciplinares da aplicação dos recursos financeiros disponíveis;
- Propor o plano de aplicação do FRJ;
- Decidir sobre a aplicação dos recursos financeiros do FRJ, respeitadas as propostas do Poder Judiciário e do Ministério Público;
- Examinar e aprovar as contas do Fundo, ouvido o controle interno do Poder Judiciário;
- Designar, coordenar, delegando-lhe competência para prática de atos concernentes às atividades operacionais do Fundo;
- Promover por todos os meios o desenvolvimento do FRJ, e gerenciar para que sejam atingidas suas finalidades;
- Apresentar, anualmente, relatórios de suas atividades ao Presidente do Tribunal de Justiça, que o submeterá à apreciação do Egrégio Tribunal Pleno;
- Exercer as demais atribuições indispensáveis à supervisão superior e gestão do FRJ.

2 POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão em conformidade com a legislação e as normas de contabilidade aplicáveis, as quais foram extraídas do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e são compostas pelos seguintes relatórios: Balanço Financeiro;

Balço Orçamentário; Balço Patrimonial; Demonstração das variações Patrimoniais; Demonstração do Fluxo de Caixa; Balancetes e relatórios complementares; Notas Explicativas. Os valores estão expressos em reais.

3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES RELEVANTES

3.1 Balço Orçamentário

Este demonstrativo apresenta o resultado da execução orçamentária e dos restos a pagar pelo regime orçamentário misto. É composto pelos quadros da Receita Orçamentária, que adota o regime de caixa, Despesas Orçamentárias e Restos a Pagar não Processados, pelo regime de competência.

3.1.1 Receitas Orçamentárias

O quadro 1 apresenta as receitas orçamentárias previstas, atualizadas e arrecadadas. As receitas de impostos e taxas se referem a taxas de serviços judiciais e extrajudiciais e arrecadação do selo de fiscalização. As receitas patrimoniais decorrem principalmente de rendimentos bancários e outras receitas correntes, de indenizações e ressarcimentos.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
Receitas Correntes	368.525.817,00	368.525.817,00	425.800.508,75	57.274.691,75
Impostos e Taxas	344.998.989,00	344.998.989,00	408.378.362,59	63.379.373,59
Receita Patrimonial	6.404.764,00	6.404.764,00	5.749.739,00	- 655.025,00
Outras Receitas Correntes	17.122.064,00	17.122.064,00	11.672.407,16	- 5.449.656,84
Superávit Financeiro	-	195.283.020,07	151.088.679,85	-

Quadro 1: Receitas Orçamentárias.

Observa-se que a receita orçamentária arrecadada foi superior à prevista em 16%. As receitas tributárias superaram a previsão em 18%. No exercício anterior, esse percentual foi de 12%. Por outro lado, a arrecadação da receita patrimonial e outras correntes foi menor do que o previsto em 10% e 32%, respectivamente.

3.1.2 Despesas Orçamentárias

O quadro 2 foi extraído do balanço orçamentário e apresenta as despesas orçamentárias desde a dotação inicial até o saldo excedente, considerando a dotação atualizada e as despesas empenhadas.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Despesas correntes	266.362.604,00	412.380.834,10	270.114.263,67	243.325.917,66	243.325.917,66	142.266.570,43
Pessoal/enc. sociais	6.280.100,00	4.830.907,68	4.830.907,68	4.830.907,68	4.830.907,68	-
Out. desp. correntes	260.082.504,00	407.549.926,42	265.283.355,99	238.495.009,98	238.495.009,98	142.266.570,43
Desp. de capital	29.640.592,00	74.585.381,97	43.707.502,71	31.459.419,63	31.459.419,63	30.877.879,26
Investimentos	29.630.592,00	74.585.381,97	43.707.502,71	31.459.419,63	31.459.419,63	30.877.879,26
Inv. financeiras	10.000,00	-	-	-	-	-
Despesas Totais	296.003.196,00	486.966.216,07	313.821.766,38	274.785.337,29	274.785.337,29	173.144.449,69
Superávit	-	-	111.978.742,37	-	-	-
Total	296.003.196,00	486.966.216,07	425.800.508,75	274.785.337,29	274.785.337,29	173.144.449,69

Quadro 2: Despesas Orçamentárias.

A dotação inicial foi ampliada com créditos suplementares. Não ocorreram créditos especiais ou extraordinários. Os créditos disponíveis totalizaram R\$ 167.144.305,27. A despesa empenhada foi superior à liquidada e paga em 14%, restando R\$ 39.036.429,09 inscritos em restos a pagar não processados, cujo saldo não liquidado até 26/02/2021, será cancelado. Em 2019, os RPs totalizaram R\$ 29.338.305,95, dos quais, R\$ 17.627.272,30 foram executados e R\$ 11.711.033,65, cancelados.

O superávit orçamentário resulta da diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, totalizando R\$ 111.978.742,37. O superávit financeiro foi utilizado para abertura

de créditos suplementares (R\$ 190.963.020,07), e como descentralização de créditos (R\$ 4.320.000,00) para o pagamento do PASEP, sendo empenhados R\$ 151.088.679,85, liquidados e pagos R\$ 133.492.294,25 e inscritos em restos a pagar, R\$ 17.596.385,60, ficando disponíveis R\$ 44.194.340,22.

O quadro 3 apresenta o detalhamento das despesas de capital no exercício de 2020. Os valores totais deste quadro podem ser identificados nas despesas com investimentos apresentadas no quadro 2.

Descrição	Orçado inicial	Dotação Atualizada	Empenhado	Liquidado/Pago
Manutenção predial	4.987,00	34.987,00	19.300,00	19.300,00
Infraestrutura e apoio às unidades	-	15.000,00	640,00	640,00
Manutenção predial	860.944,00	358.340,61	120.737,87	67.611,24
Melhoria das instalações mobiliárias	16.000,00	36.000,00	21.100,00	21.100,00
Gestão de Sistemas Judiciais	-	7.059.212,27	1.887.452,67	1.462.294,40
Gestão de Sistemas Judiciais	-	900.077,63	880.870,28	719.370,28
Construção do Fórum da comarca de Rio do Oeste	17.475,00	114.726,86	10.222,74	-
Reforma do Fórum da comarca de Blumenau - Sede	510.000,00	1.736.161,89	-	-
Reforma do Fórum da comarca de Blumenau - Sede	-	1.691.541,07	1.524.149,34	897.746,58
Construção do Fórum da comarca de Navegantes	150.000,00	30.000,00	-	-
Construção do Fórum da comarca de São José do Cedro	22.719,00	89.719,00	5.200,00	5.200,00
Reforma do Fórum da comarca de Brusque	355.000,00	355.000,00	-	-
Construção do Fórum da comarca de Rio Negrinho	54.797,00	260.423,53	-	-
Reforma do complexo do Tribunal de Justiça	148.764,00	148.764,00	-	-
Construção do Fórum da comarca de Garuva	17.475,00	126.460,97	115.102,36	46.173,55
Construção do Fórum da comarca de Garopaba	163.199,00	266.329,03	53.265,81	-
Reforma do Fórum da comarca de Balneário Camboriú - Sede	301.935,00	301.935,00	-	-
Construção do Fórum da comarca de Campos Novos	30.972,00	169.107,12	16.724,88	-
Construção do Fórum da comarca de Canoinhas	245.000,00	401.554,96	333.030,34	333.030,34
Construção do Fórum da comarca de Curitiba	85.477,00	337.064,00	-	-
Reforma do Fórum da comarca de Itajaí - Sede	540.753,00	440.753,00	259.984,28	259.984,28
Construção do Fórum da comarca de Rio do Sul	1.569.710,00	1.569.710,00	1.544.423,58	1.544.423,58
Construção do Fórum da comarca de Rio do Sul	-	14.336.044,85	13.369.804,30	13.369.804,30
Reforma do Fórum da comarca de Joinville - Sede	2.112.446,00	1.827.446,00	309.111,27	148.311,21
Reforma do Fórum da comarca de Campo Erê	236.045,00	35.908,03	7.171,38	2.250,00
Construção do Fórum da comarca de São João Batista	21.538,00	21.538,00	-	-
Reforma do Fórum da comarca da Capital - Sede	119.320,00	119.320,00	100.093,58	100.093,58
Reforma do Fórum da comarca de Lauro Müller	295.955,00	195.955,00	-	-
Construção do Fórum da comarca de Araquari	54.797,00	216.081,32	21.370,68	-
Construção do Fórum da comarca de Herval do Oeste	54.253,00	54.253,00	-	-
Construção do Fórum da comarca de Sombrio	420.000,00	242.444,06	112.706,93	36.357,07
Construção do Fórum da comarca de São Lourenço do Oeste	23.035,00	176.224,27	145.415,37	58.025,43
Construção do Fórum da comarca da Imbituba	4.000.070,00	3.474.121,16	713.428,58	318.386,28
Construção do Fórum da comarca da Imbituba	-	2.439.362,24	1.182.527,64	1.182.527,64
Reforma do Fórum da comarca de Tubarão	752.204,00	502.204,00	473.579,17	473.579,17
Ampliação do Fórum da comarca de Balneário Camboriú - Sede	177.546,00	177.546,00	-	-
Ampliação do Fórum da comarca de Campo Erê	117.760,00	117.760,00	-	-
Ampliação do Fórum da comarca de Santa Rosa do Sul	15.145,00	128.728,40	-	-
Reforma do Fórum da comarca de São José	304.139,00	104.139,00	8.400,00	6.000,00
Reforma do prédio do Arquivo Central	297.452,00	130.310,49	-	-
Construção do Fórum da comarca de Timbó	2.250.000,00	1.250.000,00	427.532,79	427.532,79
Construção do Fórum da comarca de Timbó	-	4.895.000,00	4.709.015,30	3.436.956,09
Reforma do Fórum da comarca de Lages	1.403.759,00	2.213.759,00	364.411,49	98.107,91
Reforma do Fórum da comarca de Fraiburgo	40.000,00	134.086,54	90.367,03	90.367,03
Reforma do Fórum da comarca de Laguna	54.797,00	54.797,00	-	-
Reforma do Fórum da comarca de São Lourenço do Oeste	125.806,00	125.806,00	-	-
Reforma do Fórum da comarca de Seara	510.000,00	1.010.685,36	894.129,90	894.129,90
Manutenção predial	99.731,00	189.073,55	98.430,06	73.781,76
Reforma do Fórum da comarca de Ponte Serrada	10.000,00	112.793,80	77.022,28	77.022,28
Reforma do Fórum da comarca de Tijucas	96.774,00	96.774,00	-	-
Reforma do Fórum da comarca de Mondaí	124.086,00	124.086,00	29.800,00	29.800,00

Quadro 3: Despesas de Capital (Continua).

Descrição	Orçado inicial	Dotação Atualizada	Empenhado	Liquidado/Pago
Reforma do Fórum da comarca de Itapoá	186.622,00	36.469,88	36.469,88	12.156,63
Construção do Fórum da comarca de Abelardo Luz	143.199,00	174.199,00	172.166,85	88.533,42
Construção do Fórum da comarca de Presidente Getúlio	166.606,00	166.606,00	89.202,44	41.513,98
Reforma do Fórum da comarca de Criciúma	30.000,00	401.373,02	236.438,85	231.073,78
Ampliação do Fórum da comarca de Criciúma	265.316,00	265.316,00	-	-
Construção do Fórum da comarca da Capital - Fórum do Norte da Ilha	15.000,00	15.000,00	-	-
Construção do Fórum da comarca de Urussanga	92.308,00	117.308,00	-	-
Ampliação do Fórum da comarca de Blumenau - Sede	10.000,00	144.775,10	101.172,88	86.923,90
Ampliação do Fórum da comarca de Taió	70.288,00	197.362,05	-	-
Reforma do Fórum da comarca da Capital - Fórum Eduardo Luz	161.254,00	161.254,00	-	-
Reforma do Fórum da comarca de Caçador	1.649.544,00	1.088.339,89	1.055.472,87	599.580,68
Reforma do Fórum da comarca de Anchieta	10.000,00	260.000,00	77.272,89	77.272,89
Reforma do Fórum da comarca de Concórdia	254.930,00	149.088,27	86.398,86	86.398,86
Reforma do Fórum da comarca de Ibirama	352.293,00	371.029,46	320.528,40	320.528,40
Ampliação do Fórum da comarca de Anchieta	10.000,00	39.413,22	15.693,54	15.693,54
Ampliação do Fórum da comarca de Ponte Serrada	10.000,00	44.336,61	34.791,61	21.257,37
Ampliação do Fórum da comarca de Blumenau - Fórum Universitário	58.000,00	27.000,00	1.447,56	1.447,56
Reforma do Fórum da comarca de Balneário Camboriú - Fórum de Família	216.881,00	6.881,00	-	-
Reforma do Fórum da comarca da Capital - Fórum do Norte da Ilha	39.174,00	39.174,00	-	-
Reforma do Fórum da comarca de Urubici	402.073,00	402.073,00	335.926,06	335.926,06
Reforma do Fórum da comarca de Tangará	36.559,00	36.559,00	-	-
Reforma do Fórum da comarca de Santa Cecília	247.312,00	247.312,00	-	-
Reforma do Fórum da comarca de Santo Amaro da Imperatriz	197.849,00	197.849,00	1.950,00	1.950,00
Reforma do Fórum da comarca de Blumenau - Fórum Universitário	29.570,00	128.723,23	72.014,80	72.014,80
Reforma do Fórum da comarca de Indaial	200.000,00	200.000,00	54.807,16	54.807,16
Reforma do Fórum da comarca de Ituporanga	10.000,00	12.212,61	-	-
Reforma do Fórum da comarca de São Joaquim	158.387,00	86.387,00	-	-
Ampliação do Fórum da comarca de Itajaí - Sede	467.843,00	67.843,00	-	-
Ampliação do Fórum da comarca de Palmitos	100.032,00	130.032,00	32.495,39	6.499,08
Ampliação do Fórum da comarca de Porto União	79.600,00	79.600,00	-	-
Ampliação do Fórum da comarca de Joinville - Sede	530.581,00	230.581,00	-	-
Reforma do Fórum da comarca de Campos Novos	48.387,00	48.387,00	-	-
Ampliação do Fórum da comarca de Urubici	10.000,00	10.000,00	-	-
Reforma do Fórum da comarca de Lebon Régis	27.258,00	27.258,00	-	-
Construção do Fórum da comarca de Modelo	10.000,00	10.000,00	-	-
Gestão de Sistemas Judiciais	-	9.309.701,75	7.990.604,04	725.899,04
Manutenção predial	1.300.901,00	427.947,71	344.249,19	255.017,14
Manutenção predial	-	341.987,85	272.118,10	239.943,30
Melhoria das instalações mobiliárias	1.771.754,00	2.537.149,79	1.469.745,02	1.049.257,61
Melhoria das instalações mobiliárias	-	669.105,19	531.065,70	494.409,25
Desenvolvimento de políticas socioambientais	15.750,00	15.750,00	-	-
Infraestrutura e apoio às unidades	222.250,00	207.250,00	20.000,00	12.596,74
Gestão de transportes	380.000,00	-	-	-
Promoção e preservação da saúde dos colaboradores	37.600,00	37.591,35	6.488,37	6.488,37
Atualização do acervo bibliográfico	294.950,00	994.950,00	-	-
Gestão de Sistemas Judiciais	-	3.000.000,00	-	-
Reforma do Fórum da comarca de Blumenau - Sede	-	15.000,00	14.383,75	14.383,75
Construção do Fórum da comarca de Rio do Sul	-	74.522,91	74.522,91	74.522,91
Gestão de Sistemas Judiciais	-	100.000,00	67.835,98	67.835,98
Construção do Fórum da comarca da Imituba	-	5.232,28	5.232,28	5.232,28
Reforma do Fórum da comarca de Tubarão	-	62.555,94	62.555,94	62.555,94
Manutenção predial	498.656,00	23.656,00	12.074,10	12.074,10
Ampliação do Fórum da comarca de Blumenau - Sede	-	21.000,00	20.115,12	20.115,12
Reforma do Fórum da comarca de Anchieta	-	16.558,37	16.558,37	16.558,37
Reforma do Fórum da comarca de Concórdia	-	11.505,88	11.505,88	11.505,88
Ampliação do Fórum da comarca de Anchieta	-	5.586,78	5.586,78	5.586,78
Reforma do Fórum da comarca de Ituporanga	-	4.335,85	4.335,85	4.335,85
Construção do Fórum da comarca de Timbó	-	105.000,00	103.542,60	103.542,60
Manutenção predial	-	30.000,00	24.073,82	24.073,82
Reforma do Fórum da comarca de Campo Erê	-	136,97	136,97	-
Expansão da estrutura judiciária	10.000,00	-	-	-
Total	29.640.592,00	74.585.381,97	43.707.502,71	31.459.419,63

Quadro 3: Despesas de Capital.

3.2 Balanço Financeiro

Este demonstrativo (Quadro 4) apresenta as receitas e despesas, conforme determina a Lei nº 4.320/64 e as normas da STN para os exercícios de 2020 e 2019.

BALANÇO FINANCEIRO		Valores em R\$	
Descrição	2020	2019	
INGRESSOS	1.248.222.028,36	1.143.411.147,82	
Receita Orçamentária	425.800.508,75	394.328.962,02	
Ordinária	11.672.407,16	36.204.426,33	
Vinculada	414.128.101,59	358.124.535,69	
Transferências Financeiras Recebidas	38.020.065,78	61.595.676,96	
Transferências Recebidas para Exec. Orçamentária	-	9.566.764,30	
Transf. Recebidas Ind. da Execução Orçamentária	38.020.065,78	52.028.912,66	
Recebimentos Extraorçamentários	524.548.743,45	490.808.523,95	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	39.036.429,09	29.338.305,95	
Inscrição de Restos a Pagar Processados	-	3.346,57	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	485.512.314,36	461.466.871,43	
Saldo do Exercício Anterior	259.852.710,38	196.677.984,89	
Caixa e Equivalente de Caixa	259.852.710,38	196.677.984,89	
DISPÊNDIOS	1.248.222.028,36	1.143.411.147,82	
Despesa Orçamentária	313.821.766,38	285.748.503,30	
Ordinária	23.980.285,11	39.837.361,54	
Vinculada	289.841.481,27	245.911.141,76	
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	-	-	
Outras Vinculações de Recursos	289.841.481,27	245.911.141,76	
Transferências Financeiras Concedidas	123.011.052,39	126.587.998,80	
Transf. Concedidas para a Execução Orçamentária	84.990.986,61	74.559.086,14	
Transf. Concedidas Ind. da Execução Orçamentária	38.020.065,78	52.028.912,66	
Pagamentos Extraorçamentários	509.956.993,05	471.221.935,34	
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	17.627.272,30	14.290.650,08	
Pagamento de Restos a Pagar Processados	3.346,57	-	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	492.326.374,18	456.931.285,26	
Saldo para o Exercício Seguinte	301.432.216,54	259.852.710,38	
Caixa e Equivalente de Caixa	301.432.216,54	259.852.710,38	

Quadro 4: Balanço Financeiro.

Observa-se que os recursos que ingressaram no FRJ durante o exercício 2020 totalizaram R\$ 1.248.222.028,36. A receita orçamentária atingiu R\$ 425.800.508,75, superando o exercício anterior em 8%. A receita ordinária no valor total de R\$ 11.672.407,16, é oriunda de receitas diversas, tais como ressarcimento de despesas postais, impressos, fotocópias, publicações, correição, indenizações, restituições e outras, multas contratuais e rendimentos bancários da conta 35.000-1. Essa receita teve uma queda de 68%, tendo em vista que a maioria dessas taxas passaram a ser contabilizadas na Unidade Gestora Tribunal de Justiça, desde o mês de março. A receita vinculada, no total de R\$ 414.128.101,59, sofreu um acréscimo de 15,6% e se refere à arrecadação de taxas de serviços judiciais e extrajudiciais, dívida ativa, selo de fiscalização e respectivos rendimentos financeiros.

As Transferências Recebidas/Concedidas Independentes da Execução Orçamentária totalizaram R\$ 38.020.065,78, as quais se referem a atos permutativos, não representando efetivo desembolso, conforme se demonstra no quadro 10.

Os recebimentos extraorçamentários totalizaram R\$ 524.548.743,45, os quais, além dos restos a pagar inscritos no exercício - R\$ 39.036.429,09, incluem, também, as retenções tributárias realizadas no período, as receitas arrecadadas e inicialmente registradas na fonte extraorçamentária, as custas de condução do oficialato, os pagamentos rejeitados pelo banco, as indenizações e restituições e demais valores transitórios ou pertencentes a terceiros.

Os dispêndios totalizaram R\$ 1.248.222.028,36. A despesa orçamentária, no valor total de R\$ 313.821.766,38, se refere a todas as despesas empenhadas no exercício de 2020, incluindo os empenhos inscritos em restos a pagar processados e não processados.

A conta Transferências Concedidas para Execução Orçamentária apresenta valores repassados a outros órgãos, nos termos da Lei nº 188/99 e suas alterações, e do PASEP, cujas especificações estão demonstradas no quadro 5.

Órgãos Destinatários	2020	2019
Fundo Especial de Reap. do Min. Público (FERMP)	43.744.129,63	39.661.571,96
Fundo Penitenciário do Estado de SC (FUPESC)	37.119.791,87	30.659.643,46
Tesouro do Estado de Santa Catarina/PASEP	4.127.065,11	3.598.540,91
Fundo de Assistência Judiciária (FAJ)	-	639.329,81
Total	84.990.986,61	74.559.086,14

Quadro 5: Transferências concedidas.

Os pagamentos extraorçamentários, no valor total de R\$ 509.956.993,05 se referem a execução de restos a pagar inscritos no exercício anterior e pagos em 2020 (R\$ 17.630.618,87) e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (R\$ 492.326.374,18), os quais incluem pagamento de retenções tributárias, devolução de recursos de terceiros, transferência de valores arrecadados para as contas de receita orçamentária, inicialmente contabilizados em contas extraorçamentárias, e pagamentos de custas de condução do oficialato.

3.3 Balanço Patrimonial

Esta demonstração apresenta a posição patrimonial em 31 dezembro e está demonstrada no quadro 6. No ativo, estão demonstradas as contas que representam a aplicação de recursos e no passivo, as origens.

BALANÇO PATRIMONIAL		Valores em R\$	
CONTAS	2020	2019	
ATIVO	500.031.412,88	432.188.134,83	
Ativo Circulante	304.535.959,73	263.031.890,69	
Caixa e Equivalentes de Caixa	301.432.216,54	259.852.710,38	
Créditos a Curto Prazo	1.352.007,06	3.080.965,55	
Despesas a Apropriar	1.751.736,13	98.214,76	
Ativo Não-Circulante	195.495.453,15	169.156.244,14	
Ativo Realizável a Longo Prazo	802.123,02	605.290,91	
Imobilizado	194.693.330,13	168.550.953,23	
PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	500.031.412,88	432.188.134,83	
Passivo Circulante	36.839.598,98	41.474.970,37	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	3.346,57	
Demais Obrigações a Curto Prazo	36.839.598,98	41.471.623,80	
Patrimônio Líquido	463.191.813,90	390.713.164,46	
Resultados Acumulados	463.191.813,90	390.713.164,46	

Quadro 6: Balanço Patrimonial

As disponibilidades estão registradas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, as quais incluem recursos de fontes orçamentárias e extraorçamentárias. Referente ao saldo apurado em 2020, 90,6% se destinam às atividades operacionais do FRJ, 8,3%, ao pagamento de conduções do oficialato e 1,1% a outros recursos de terceiros.

Estão contabilizados como recursos próprios recursos, valores de convênio e destinados ao Fundo de Acesso à Justiça (FAJ). Em 2019, o Tribunal de Justiça celebrou o Convênio 153 com a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (DPE), pelo qual assumiu o pagamento dos honorários advocatícios e periciais decorrentes da Assistência Judiciária Gratuita (AJG). Por isso, em 6 de setembro de 2019, o FAJ repassou ao FRJ, R\$ 9.566.121,91, cujo saldo está descrito no quadro 7. O saldo inicial é de setembro/2019 e o final, de 31/12/2020.

Fonte de Recursos	Saldo Inicial	Pagamentos	Saldo Final
0.2.19.000025	280.717,61	-	280.717,61
0.2.85.000015	194.020,74	-	194.020,74
0.6.19.000025	9.034.711,91	3.009.910,15	6.024.801,76
0.6.85.000015	56.671,65	-	56.671,65
Total	9.566.121,91	3.009.910,15	6.556.211,76

Quadro 7: Recursos do Convênio 153 entre TJSC e DPSC.

Além dos recursos apresentados no quadro 7, são destinados à AJG, 1/3 da arrecadação com as custas extrajudiciais, conforme determina a Lei 188/1999, art. 2º e Lei 684/2016, cujo saldo e movimentação do exercício 2020 estão descritos no quadro 8. Esses recursos estão contabilizados nas fontes 0219.000085 e 0619.000085.

Período	Rec. Custas Extrajudiciais	Apropriação AJG	Honorários Pagos	Contribuição Patronal	Saldo
Saldo 2019	-	-	3.346,57	-	22.320.103,31
JAN	7.973.948,25	2.658.279,82	1.690.270,29	321.395,19	23.284.766,27
FEV	7.122.563,54	2.374.266,07	1.188.052,58	237.450,69	24.149.584,57
MAR	5.770.785,46	1.924.479,37	1.386.730,04	277.346,01	24.449.883,20
ABR	5.354.300,79	1.785.423,96	2.452.925,44	462.172,40	23.505.035,72
MAI	7.969.043,78	2.656.897,23	1.938.597,15	387.719,43	23.761.163,40
JUN	9.379.531,69	3.126.588,80	1.797.004,45	356.288,16	24.703.028,31
JUL	10.721.794,79	3.574.515,01	1.836.195,74	367.239,15	26.085.059,43
AGO	11.324.514,65	3.775.365,53	1.704.448,08	340.889,62	27.788.737,73
SET	12.362.696,84	4.121.620,49	1.880.942,11	376.188,42	29.688.526,50
OUT	12.583.253,98	4.195.336,03	1.475.393,76	295.078,75	32.032.280,34
NOV	12.545.252,37	4.185.029,32	1.506.775,03	301.355,01	34.415.455,88
DEZ	13.288.613,55	4.432.692,41	1.931.680,43	386.336,11	36.228.776,75
TOTAL	116.396.299,71	38.810.494,04	20.792.361,67	4.109.458,93	36.228.776,75

Quadro 8: Recursos destinados à AJG.

A dívida ativa (DA) é contabilizada e provisionada sua perda pela Diretoria de Contabilidade da SEF/SC. O valor total da DA a curto prazo é de R\$ 6.210.084,74, porém, 78% está provisionado para perdas, restando um valor líquido de R\$ 1.347.901,00. A longo prazo, o valor da DA é de R\$ 464.306.288,15, sendo provisionado para perdas, 99,83%. Essa conta sofreu aumento médio nos dois últimos exercícios de 21%.

Na conta Estoques, praticamente, não há saldo, haja vista que os materiais de consumo e os bens móveis são transferidos para o Tribunal de Justiça. Esse procedimento também é adotado quanto aos bens imóveis adquiridos e obras concluídas. As despesas a apropriar se referem a seguros, assinaturas e anuidades, com vigência em exercícios posteriores. Os bens imóveis totalizam R\$ 194.693.330,13, contabilizados na conta Bens Imóveis em Andamento e instalações, cujo detalhamento segue no quadro 9.

Observa-se que há 98 bens, cujos valores estão na conta de obras em andamento. No entanto, apenas 20 ainda não estão em uso. Os demais, no valor de R\$ 141.728.440,59, estão sendo utilizados, porém, ainda não foram registrados no sistema de patrimônio e ainda não estão sendo depreciados. Em 2015, foi constituída uma comissão de reavaliação de bens, a qual emitiu laudo com os valores atualizados à época dos bens imóveis, conforme se demonstra em nota explicativa da unidade gestora Tribunal de Justiça. Nesse laudo constam os bens já em uso e que ainda estão classificados na conta de Obras em andamento.

BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO			EM R\$		
UNIDADE	VALOR R\$	IMÓVEL EM USO	UNIDADE	VALOR R\$	IMÓVEL EM USO
PRESIDENTE GETÚLIO	48.300,98	NÃO	FRAIBURGO	731.374,23	SIM
ARAQUARI	37.980,68	NÃO	GASPAR	8.392,80	SIM
BLUMENAU	2.520.373,72	NÃO	GRÁFICA	200.067,02	SIM
CURITIBANOS	43.642,40	NÃO	IBIRAMA	320.528,40	SIM
GAROPABA	14.169,18	NÃO	IÇARA	2.354,15	SIM
GARUVA	66.438,29	NÃO	ITAIÓPOLIS	686.098,72	SIM
HERVAL DO OESTE	117.686,00	NÃO	ITAPEMA	250.665,55	SIM
IMBITUBA	2.178.052,78	NÃO	ITUPORANGA	277.333,84	SIM
ITAJAÍ	1.067.222,85	NÃO	JAGUARUNA	841.629,55	SIM
ITAPOÁ	18.908,84	NÃO	JARAGUÁ DO SUL	1.470.138,04	SIM
NORTE ILHA - CANASVIEIRAS	7.917,94	NÃO	JOINVILLE	939.688,91	SIM
RIO DO OESTE	22.455,37	NÃO	JOINVILLE FORUM FAZENDÁRIO	67.258,14	SIM
RIO NEGRINHO	44.365,93	NÃO	LAGES	1.221.615,31	SIM
SÃO LOURENÇO OESTE	87.252,34	NÃO	LAURO MULLER	728.175,72	SIM
SEARA	1.030.051,19	NÃO	LEBOM RÉGIS	274.633,41	SIM
TAIÓ	31.680,36	NÃO	MAFRA	372.209,69	SIM
TIMBÓ	12.212.998,26	NÃO	MARAVILHA	2.294.694,43	SIM
ABELARDO LUZ	114.540,72	NÃO	MONDAÍ	38.166,50	SIM
RIO DO SUL	32.938.194,44	NÃO	NAVEGANTES	20.173.836,63	SIM
URUBICI	362.657,27	NÃO	NORTE DA ILHA	653.895,62	SIM
ALMOX/GRÁFICA	903.685,26	SIM	OTACÍLIO COSTA	2.183.495,61	SIM
ANCHIETA	726.917,60	SIM	PALHOÇA	11.517.966,41	SIM
ANITA GARIBALDI	2.100,00	SIM	PALMITOS	14.997,58	SIM
ARARANGUÁ	1.262.468,34	SIM	PAPANDUVA	66.233,97	SIM
ARQUIVO CENTRAL	16.156.889,99	SIM	PIRATUBA/CASA CIDADANIA	4.900,00	SIM
BALN.CAMBORIÚ-VARA FAMÍLIA	269.690,35	SIM	PORTO BELO	7.395,00	SIM
BARRA VELHA	1.193.855,75	SIM	PORTO UNIÃO	95.225,20	SIM
BIGUAÇÚ	114.555,83	SIM	QUILOMBO	215.095,99	SIM
BLUMENAU-PROTOCOLO/FURB	1.519.791,60	SIM	SANTA CECÍLIA	6.881,26	SIM
BOM RETIRO	729.559,31	SIM	SANTA ROSA DO SUL	81.496,74	SIM
BRAÇO DO NORTE	1.603.283,37	SIM	SANTO AMARO IMPERATRIZ	16.513,00	SIM
BRUSQUE	1.557.492,77	SIM	SÃO BENTO DO SUL	1.521.722,84	SIM
CAÇADOR	641.859,98	SIM	SÃO CARLOS	700.598,24	SIM
CAMBORIÚ	32.047,82	SIM	SÃO FRANCISCO DO SUL	459.782,49	SIM
CAMPO ERÊ	228.087,71	SIM	SÃO JOÃO BATISTA	28.164,12	SIM
CAMPOS NOVOS	43.449,88	SIM	SÃO JOAQUIM	1.890.791,36	SIM
CANOINHAS	20.877.603,02	SIM	SÃO JOSÉ	1.277.227,16	SIM
CAPINZAL	1.301.387,62	SIM	SÃO JOSÉ DO CEDRO	5.200,00	SIM
CAPITAL	3.744.585,60	SIM	SOMBRIO	571.115,45	SIM
CAPITAL - CONTINENTE	824.956,57	SIM	TJ - ANEXO	66.380,01	SIM
CAPITAL - EDUARDO LUZ	779.230,30	SIM	TJ - CAPACITAÇÃO	555.164,64	SIM
CAPIVARI DE BAIXO	135.904,61	SIM	TJ - SALA COFRE	3.464.546,89	SIM
CORREIA PINTO	2.407.567,44	SIM	TJ - TORRE I	13.403.946,60	SIM
CRICIÚMA	870.155,08	SIM	TJ - TORRE II	1.640.804,30	SIM
CUNHA PORÃ	380.837,41	SIM	TUBARÃO	4.459.652,48	SIM
DESCANSO	113.406,49	SIM	URUSSANGA	6.602,53	SIM
DIONÍSIO CERQUEIRA	782.270,77	SIM	VIDEIRA	315.535,36	SIM
ED. ALMIRANTE LAMEGO	996.568,31	SIM	XANXERÊ	2.805.097,84	SIM
ESTREITO	1.849.517,88	SIM	XAXIM	743.424,20	SIM

Quadro 9: Bens imóveis registrados na conta Obras em Andamento.

Nas contas do passivo circulante, as obrigações a curto prazo totalizam R\$ 36.839.598,98, sendo que R\$ 25.019.847,88 se referem a depósitos para pagamento de condução do oficialato, isto é, recursos que deverão ser pagos aos oficiais de justiça, conforme os mandados sejam efetivados; R\$ 8.430.841,07, a transferências legais que deverão ser feitas ao FERMP e FUPESC, provenientes da arrecadação de custas e outros valores no mês de dezembro; R\$ 63.187,51, a devoluções oriundas de pagamentos rejeitados pelo banco; R\$ 261.527,23, a multas penais FUNAD e R\$ 3.064.195,29, a outros recursos.

No patrimônio líquido, ocorreu ajuste de exercícios anteriores no valor de R\$ 10.871.652,57, referentes a reformas empenhadas em elementos de despesa de serviços, quando deveriam ter sido empenhados em obras em andamento. Os fatos ocorreram em exercícios anteriores, sendo identificados e regularizados em 2020. Os resultados acumulados atingiram R\$ 463.191.813,90, gerando um acréscimo de 18,6%. Em 2019, essa taxa foi de 28,77%.

3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Este demonstrativo está descrito no quadro 8 e apresenta o resultado do período, considerando as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O regime de apropriação é o de competência, ou seja, independente de recebimentos e desembolsos, além de apresentar receitas e despesas não embolsáveis/desembolsáveis.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		EM R\$
Variações Patrimoniais Aumentativas		
Especificação	2020	2019
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	410.036.494,52	360.932.831,33
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	9.787.105,00	20.167.273,68
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	5.756.806,38	11.039.081,24
Transferências Intragovernamentais Recebidas	38.020.065,78	61.595.676,96
Inscrição em Dívida Ativa Não Tributária	54.623.771,80	81.598.607,66
Reversão de Prov. e Ajustes de Perdas (dívida ativa não tributária)	-	5.818.574,89
Multas Administrativas	1.287.980,36	1.608.630,86
Indenizações e Restituições	93.275,19	3.553.541,71
Variações Patrim. Aumentativas Decor. de Fatos Geradores Diversos	80.863.921,50	70.962.469,40
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	600.469.420,53	617.276.687,73
Variações Patrimoniais Diminutivas		
Especificação	2020	2019
Pessoal e Encargos	7.599.453,82	9.776.661,87
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	188.377.106,15	157.948.231,58
Juros e Encargos de Mora	7.102,96	10,02
Transferências Intragovernamentais Concedidas	123.011.052,39	126.587.998,80
Outras Transferências Concedidas	22.412.376,20	23.107.415,46
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	56.924.594,42	89.137.114,71
Despesas Tributárias	5.235.561,11	2.178.312,58
Variações Patrim. Diminutivas Decor. de Fatos Geradores Diversos	135.295.176,61	127.585.251,01
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	538.862.423,66	536.320.996,03
Resultado Patrimonial do Período (III)	61.606.996,87	80.955.691,70

Quadro 10: Demonstração das Variações Patrimoniais.

As receitas patrimoniais (VPA) referentes à conta Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria estão descritas no quadro 9.

Descrição	2020	2019
Taxas do Selo de Fiscalização de Atos Registrars	51.802.900,63	46.923.745,38
Taxas de Serviços Judiciais	189.107.944,51	187.662.119,78
Custas Extrajudiciais	171.268.053,34	128.687.628,27
Devolução de Custas Judiciais e Extrajudiciais	(2.142.403,96)	(2.340.662,10)
TOTAL	410.036.494,52	360.932.831,33

Quadro 11: Transferências Intragovernamentais.

No quadro 12 apresentam-se as transferências intragovernamentais recebidas, no valor total de 38.020.065,78, as quais se referem a atos permutativos entre VPA e VPD.

Descrição	2020	2019
Arrecadação financeira SAT	2.277.640,16	2.618.362,56
Restituição Financeira SAT	136,59	4.425,81
Correspondência de Débitos - Repasses/OB Extra	35.600.182,28	48.432.269,94
Movimento de Fundos a Débito – Financeiros	142.106,75	973.854,35
TOTAL	38.020.065,78	52.028.912,66

Quadro 12: Transferências Intragovernamentais.

Os ganhos com incorporação de ativos se referem a inscrição de dívida ativa tributária e não tributária, no valor de R\$ 54.601.284,51, e arrecadação de outras custas via CCJ, no valor de R\$ 22.487,29.

A conta indenizações e restituições se refere à recuperação de despesas de exercícios anteriores e a conta VPA Decorrentes de Fatos Geradores Diversos, a valores permutativos, os quais correspondem aos repasses realizados ao FERMP e FUPESC em 2020.

Quanto às Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), observa-se que, das transferências intragovernamentais, R\$ 80.863.921,50 se referem a transferências realizadas ao FERMP e FUPESC; R\$ 4.127.065,11, a repasses concedidos para o pagamento do PASEP (Ver quadro 5) e R\$ 38.020.065,78 (Ver quadro 12), a atos permutativos entre VPDs e VPAs.

A conta Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, no valor total de R\$ 56.924.594,42, se refere a ajustes para perdas de dívida ativa, sendo R\$ 3.224.668,58 de natureza tributária e R\$ 53.699.925,84, não tributária.

As despesas tributárias (R\$ 5.235.561,11) correspondem a IPTU sobre contratos de locação (R\$ 242.343,68), taxas municipais (R\$ 294.176,60), taxa de iluminação pública (R\$ 651,10), contribuições para a União (R\$ 62.727,20) e contribuições patronais (R\$ 4.635.662,53), que teve aumento de 162% em relação ao exercício anterior.

A conta outras despesas (R\$ 135.295.176,61) contém diversos valores, os quais estão descritos no quadro 13.

Descrição	2020	2019
Repasses Custas FERMP/FUPESC	83.045.956,50	74.627.841,31
Baixa de dívida ativa pelo recebimento	315.496,09	283.499,04
Auxílio financeiro às serventias extrajudiciais	5.635.373,95	5.516.431,40
Inenizações por devolução de imóveis	439.468,47	785.226,86
Ressarcimento de atos isentos às serventias extrajudiciais	45.101.597,97	45.434.152,96
Devolução de multas contratuais	82.935,62	438.263,06
Pagamento de atos praticados por juízes de paz	300.631,38	465.232,85
Outras indenizações e restituições à SEF/SC	296.038,60	-
Restituição por Assistência Médica e Odontológica	32.687,29	33.910,73
Benfeitorias em imóveis de terceiros	44.990,74	692,80
Total	135.295.176,61	127.585.251,01

Quadro 13: Outras Despesas.

Verificou-se que o resultado patrimonial do período foi de R\$ 61.606.996,87, enquanto que, em 2019, foi de R\$ 80.955.691,70, representando uma queda de 24%. Isso se deve à redução das VPAs em 3% e ao aumento das VPDs em 0,5%. As receitas tributárias representam 68% do total e tiveram aumento de 14%, enquanto as demais VPAs juntas representam 32% e sofreram queda de 26%.

3.5 Demonstração do Fluxo de Caixa

Esta demonstração apresenta as entradas e saídas efetivas de caixa da execução orçamentária nos dois últimos exercícios. Os fluxos estão segmentados em atividades operacionais e de investimentos, conforme se demonstra no quadro 14.

Observa-se que o resultado líquido das atividades operacionais ficou positivo em R\$ 80.855.157,66 no exercício de 2020 e R\$ 101.626.390,26, em 2019. Como não houve ingresso de recursos de investimentos, esse resultado ficou negativo em R\$ 32.461.591,68 e R\$ 42.987.250,94 nos respectivos exercícios.

A geração líquida de caixa foi positiva em R\$ 48.393.565,98, porém, 17% menor em relação a 2019. Naquele exercício os ingressos aumentaram 28% e neste, 2%. Por outro lado, em 2019, os desembolsos aumentaram 13% e em 2020, 4,6%. Quanto aos desembolsos, verifica-se queda de 24% com investimentos e aumento de 13% com pessoal e encargos.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM R\$

ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro 2020	Janeiro a Dezembro 2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	463.820.574,53	455.924.638,98
Receita Tributária	408.378.362,59	357.309.697,20
Remuneração das Disponibilidades	5.749.739,00	11.039.081,24
Outras Receitas Derivadas e Originárias	11.672.407,16	25.980.183,58
Outros ingressos operacionais	38.020.065,78	61.595.676,96
Desembolsos	382.965.416,87	354.298.248,72
Pessoal e demais despesas	258.306.344,82	227.709.384,70
Transferências concedidas - Intragovernamentais	1.648.019,66	865,22
Outros desembolsos operacionais	123.011.052,39	126.587.998,80
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	80.855.157,66	101.626.390,26
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	-	-
Desembolsos	32.461.591,68	42.987.250,94
Aquisição de ativo não circulante	29.656.623,73	35.636.973,52
Outros desembolsos de investimentos	2.804.967,95	7.350.277,42
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	(32.461.591,68)	(42.987.250,94)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	48.393.565,98	58.639.139,32
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	224.629.892,65	165.990.753,33
Caixa e Equivalente de Caixa Final	273.023.458,63	224.629.892,65

Quadro 14: Demonstração do Fluxo de Caixa.

Destaca-se que não estão contemplados nesse demonstrativo, os recursos da fonte extraorçamentária (9999). Portanto, o saldo da conta Caixa e Equivalente de Caixa se refere às atividades operacionais, que, ao final do exercício, totalizou R\$ 273.023.458,63, conforme se demonstra no quadro 15.

Domicílio Bancário	Fonte de Recursos	Saldo
001 035823 0000350001	0.2.19.000025	100.670.304,01
001 035823 0000350001	0.2.19.000085	31.062.721,63
001 035823 0000350001	0.2.19.000097	53.221.680,60
001 035823 0000350001	0.2.69.000000	11.805.895,86
001 035823 0000350001	0.2.82.000062	5.679.723,36
001 035823 0000350001	0.6.19.000000	2.254,30
001 035823 0000350001	0.6.19.000025	34.581.382,82
001 035823 0000350001	0.6.19.000085	5.166.055,12
001 035823 0000350001	0.6.19.000097	6.909.133,88
001 035823 0000350001	0.6.69.000000	15.058.061,17
001 035823 0000350001	0.6.82.000000	566.923,03
001 035823 0000350001	0.6.82.000062	2.235.153,07
001 035823 0000360007	0.2.12.000000	6.054.874,46
001 035823 0000360007	0.2.82.000063	9.295,32
Total		273.023.458,63

Quadro 15: Recursos Orçamentários por Domicílio/Fonte.

4 Conformidade Contábil

A conformidade contábil é realizada diariamente, sendo parte integrante das atividades sob a responsabilidade das equipes da Divisão de Contabilidade, vinculada à Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF). Nesse sentido, destacam-se as seguintes atividades:

- Conformidade de Gestão: foram emitidos 87.804 documentos durante o exercício de 2020. Porém, o relatório informa que os documentos que dão sustentação aos registros contábeis não foram analisados. Nesse sentido, informa-se que a conformidade dos documentos comprobatórios das despesas, como, empenhos, notas fiscais, retenções

tributárias e outros documentos inerentes, é realizada pela Divisão de Contabilidade através das Seções de Liquidação de Despesas e Seção de Retenções Tributárias. Essas verificações fazem parte da rotina diária das seções e a despesa só é liquidada e encaminhada para pagamento após a regularidade da documentação. Tratam-se de procedimentos não formalizados no sistema SIGEF, tendo em vista que o Tribunal de Justiça segue metodologia diferente da utilizada pela Secretaria de Estado da Fazenda;

- **Obrigações Acessórias:** todas as obrigações acessórias foram cumpridas integralmente utilizando o CNPJ do Tribunal de Justiça, tanto as municipais quanto as federais. Destaca-se que as obrigações decorrentes do pagamento do Pasep são realizadas pelo Poder Executivo. Os valores do Pasep sob a responsabilidade do FRJ são encaminhados ao Tesouro do Estado, por Descentralização Financeira, o qual efetua o recolhimento de forma centralizada;
- **Conciliação Bancária:** a conciliação bancária é realizada pela Divisão de Tesouraria, vinculada à DOF. Verificou-se que todos os registros de saída e entrada de valores financeiros foram devidamente conciliados, não apresentando diferenças de saldos entre os registros apresentados pela contabilidade e os constantes nos extratos bancários. No entanto, há pendências no relatório de conciliação bancária relacionadas a registros contábeis de débito e crédito sem lastro no extrato bancário. Essas pendências não representam irregularidades, sendo sanadas através de ajustes, que é uma rotina do sistema, e serão solucionadas no exercício seguinte.

5 Declarações de Regularidade de Inventário

As declarações de regularidade do inventário dos materiais e bens móveis em almoxarifado e físico de bens móveis permanentes não foram apresentadas, haja vista a não existência de materiais e bens móveis em poder do Fundo de Reparcelamento de Justiça.

ELLEN WHITE BAIENSE CONCENÇO
Contadora do Fundo de Reparcelamento da Justiça
CRC 021875